

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

MISSÃO: Exercer o controle externo da administração pública estadual, para assegurar à sociedade a regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

Presidente

Pedro Augusto Timbó Camelo

Vice Presidente

Francisco Suetônio Bastos Mota

Conselheiros

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Teodorico José de Menezes Neto

Soraia Thomaz Dias Victor

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Auditores

Itacir Todero

Paulo César de Souza

Edilberto Carlos Pontes Lima

Procuradores de Contas

Rholden Botelho de Queiroz

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Secretário Geral

Cesar Wagner Marques Barreto

Secretário Adjunto

Luiz Gonzaga Dias Neto

Secretária de Controle Externo

Giovanna Augusta Moura Adjafre

Assessora de Planejamento e Gestão

Maria Amélia Holanda Cavalcante

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado tem como função precípua o exercício do controle externo, mediante a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública estadual, levando-se em consideração os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

Nesse aspecto, o Tribunal de Contas do Estado, no exercício de sua missão constitucional, deve desempenhar papel fiscalizador e educativo que proporcione o crescente alargamento das ações de controle externo, de modo a alcançar os diversos setores da atuação governamental, o que vem a despertar a importância do intercâmbio de informações entre este Tribunal e outras relevantes instituições, em especial, a Assembléia Legislativa.

Dessa forma, e em observância ao princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, devidamente previsto no art. 37, “caput” da Constituição Federal, bem como no art. 76, §4º, da Constituição Estadual, e em fiel obediência às disposições da Lei nº 12.509/95 e da Lei Complementar nº 26/2001, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará vem apresentar à Augusta Assembléia Legislativa o seu Relatório de Atividades referente ao 2º Trimestre de 2008, apresentando os principais resultados da atuação deste TCE no período e as iniciativas mais relevantes implementadas no âmbito administrativo.

Fortaleza-CE, em 14 de agosto de 2008.

Pedro Augusto Timbó Camelo

Presidente do TCE

SUMÁRIO

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL

1.1	Tribunal e Secretaria	05
1.2	Órgãos Técnicos do Tribunal	05
1.3	Organograma do Tribunal	07
1.4	Sessões Realizadas	08
1.5	Deliberações Aprovadas ou Expedidas	08
1.6	Julgamentos, Apreciações e Despachos Singulares.....	09
1.7.	Quotas de ICMS Repassadas aos Municípios.....	10

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

2.1	Julgamento das Contas dos Administradores	11
2.2	Apreciação e Emissão do Parecer Prévio das Contas do Governo.....	11
2.3	Órgãos e Entidades sob Jurisdição do Tribunal	11
2.4	Audiência, Citação e Notificação	12
2.5	Auditorias e Inspeções	12
2.6	Atos Sujeitos a Registros	13
2.7	Fiscalização de Licitações, Contratos e Convênios	13
2.8	Apreciação de Denúncias e Recursos	13

3. ATIVIDADES GERAIS NO 2º TRIMESTRE

3.1	Eventos Institucionais.....	14
3.2	Desenvolvimento e Capacitação de Servidores.....	16
3.3	Viagens de Trabalho	17

4. ANEXOS

4.1	Aposentadorias Julgadas Legais/Registrado
4.2	Aposentadorias Julgadas Ilegais/Negado Registro
4.3	Aposentadorias em Diligência por Resolução
4.4	Aposentadorias / Outras Situações
4.5	Pensões Julgadas Legais/Registrado
4.6	Pensões em Diligência por Resoluções
4.7	Pensões / Outras Situações
4.8	Admissões de Pessoal Registradas
4.9	Admissões de Pessoal em Diligências
4.10	Admissões de Pessoal/ Outras Situações
4.11	Representações
4.12	Representações em Contratos, Licitações e Convênios
4.13	Tomadas e Prestações de Contas
4.14	Consultas

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará compõe-se de 07(sete) Conselheiros e divide-se em Plenário, Primeira e Segunda Câmaras e Comissões instituídas, tendo sede em Fortaleza e jurisdição em todo o território estadual, com a competência constitucional de fiscalizar e julgar a boa e regular aplicação dos recursos públicos pelos administradores e demais responsáveis, auxiliando a Assembléia Legislativa do Estado no exercício do controle externo.

Atua, em caráter permanente, junto ao Plenário ou Câmara, para a qual for designado, o Auditor que, mediante convocação, poderá exercer as funções relativas ao cargo de Conselheiro, em caso de vacância, ausência, impedimento ou suspeição.

Funciona, ainda, junto ao Plenário e Câmaras um representante do Ministério Público especial.

As prestações e tomadas de contas, os certificados de fiscalização e demais assuntos submetidos à deliberação do Tribunal organizam-se em processos distribuídos aos Conselheiros e Auditores, que atuam como Relatores. O Relator preside a instrução do processo, competindo-lhe submeter sua proposta de decisão à deliberação do Plenário ou Câmara, conforme o caso.

Nesse contexto, a *identidade organizacional* do Tribunal de Contas do Estado do Ceará está assim definida:

MISSÃO	Exercer o controle externo da administração pública estadual, para assegurar à sociedade a regular e efetiva gestão dos recursos públicos.
VISÃO	Ser referência nacional no controle externo até o ano de 2009, atuando de forma tempestiva, transparente, com eficiência e eficácia, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão pública do Estado do Ceará.
NEGÓCIO	Controle externo da administração pública estadual.
VALORES	O Tribunal de Contas do Estado do Ceará pauta suas atividades levando em consideração os valores éticos, o profissionalismo de seus servidores, a imparcialidade nos seus julgamentos, buscando dar transparência e efetividade às suas ações, reafirmando, assim, seus compromissos com a sociedade.

1.1 Tribunal e Secretaria

Além do Plenário e das duas Câmaras, que exercem funções de caráter decisório, consultivo e judicante, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará dispõe de uma Secretaria Geral, que possui funções de gestão, bem como atribuições de natureza técnico-administrativas em apoio ao Colegiado e à Presidência.

1.2 Órgãos Técnicos do Tribunal

No âmbito da Secretaria Geral, as atividades de controle externo são exercidas pelas Secretaria de Controle Externo, Coordenadoria Técnica e Inspetorias de Controle Externo, órgãos técnicos que efetuam a análise e instrução preliminar dos processos, podendo, por delegação de competência, promover a audiência dos responsáveis, bem como outras diligências saneadoras que não envolvam o mérito.

As atribuições respectivas são atualmente as seguintes:

I-Secretaria de Controle Externo - gerenciar a área técnica e executiva de controle externo.

II-Coordenadoria Técnica - auxiliar a Secretaria de Controle Externo no desempenho de suas competências.

III-1ª Inspeção de Controle Externo (1ª ICE) - instruir os processos relacionados ao registro de atos de aposentadoria e de reforma, podendo realizar inspeções, pesquisas e diligências necessárias ao cumprimento das suas atribuições.

IV-2ª Inspeção de Controle Externo (2ª ICE) - realizar as atividades de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos seguintes órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados: SESA, ESP, FUNDES, STDS, FUNDART, FECA, FCE e FEAS.

V-3ª Inspeção de Controle Externo (3ª ICE) - realizar as atividades de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos seguintes órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados: SEINFRA, DERT, DETRAN, CEGÁS, CEARÁPORTOS, METROFOR, COHAB, SRH, SOHIDRA, COGERH e FET.

VI-4ª Inspeção de Controle Externo (4ª ICE) - realizar as atividades de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos seguintes órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados: GABGOV, VICEGOV, CASA CIVIL, FUNTELC,

SEFAZ, JUCEC, SUPSEC, SECON, SEPLAG, FECOP, ISSEC, ETICE, IPECE, FUNEDES e FUNEDINS.

VII-5ª Inspeção de Controle Externo (5ª ICE) - realizar as atividades de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos seguintes órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados: SEDUC, FUNDEB, CEC, SECITECE, FUNCEME, FUNCAP, FIT, FUNECE, NUTEC, URCA, UVA, SECULT e FEC.

VIII-6ª Inspeção de Controle Externo (6ª ICE)- realizar as atividades de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos seguintes órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados: SDA, FERPI, ADAGRI, IDACE, CEASA, EMATERCE, SEC. CIDADES, CAGECE, FEDAF, FDM, CEDE, ADECE, FDI, CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE, SEMACE, FEMA, SECRETARIA DO ESPORTE, FDEJ, SETUR,

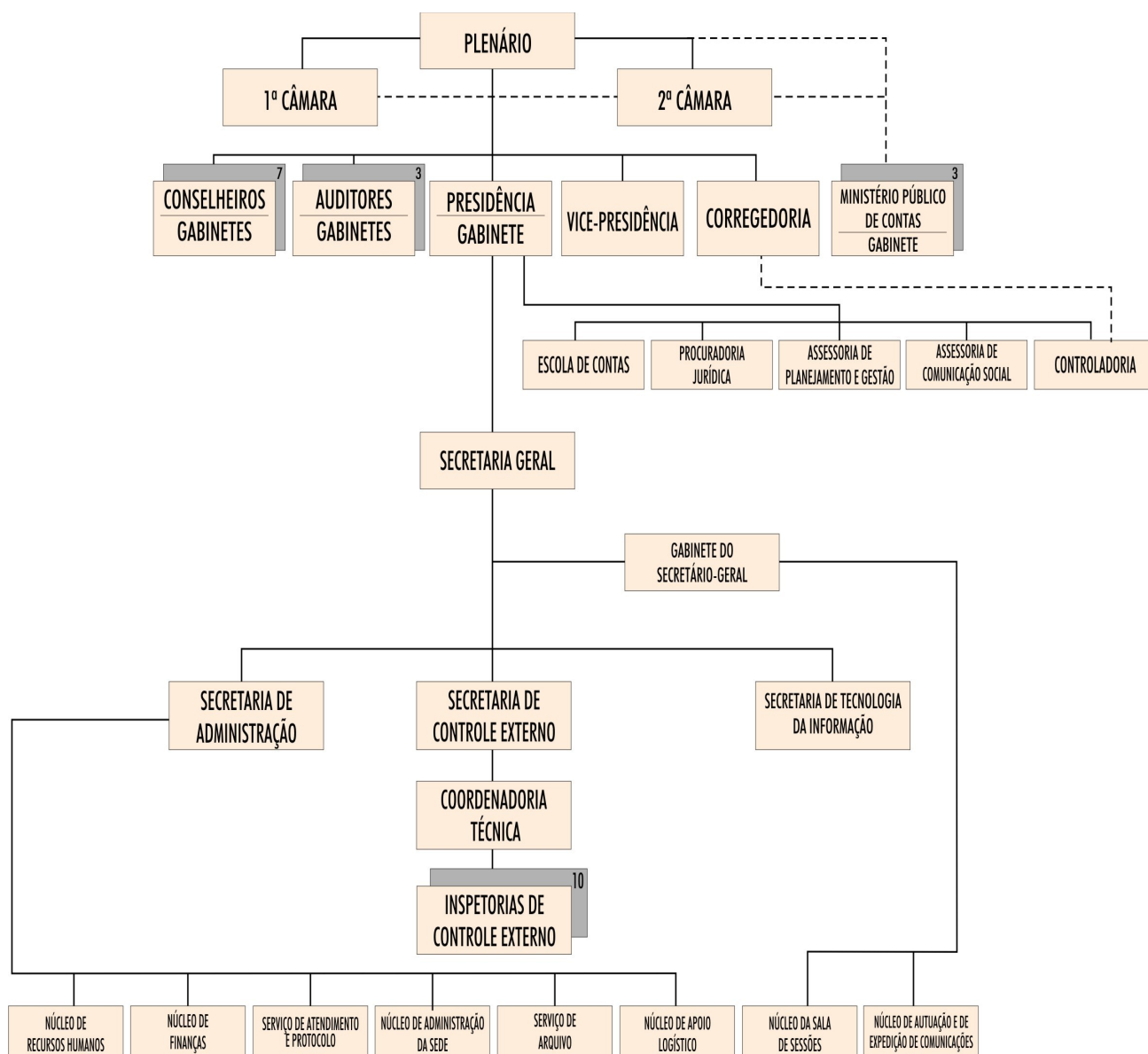
IX-7ª Inspeção de Controle Externo (7ª ICE) - realizar a instrução processual, inspeções, auditorias e representações relacionadas a licitações, contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados pelo Poder Público estadual.

X-8ª Inspeção de Controle Externo (8ª ICE) - realizar inspeções e auditorias em obras e no patrimônio dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual.

XI-9ª Inspeção de Controle Externo (9ª ICE) - realizar as atividades de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional dos seguintes órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados: SSPDS, SPC, PMCE, CBMCE, FDS, CASA MILITAR, SEJUS, ARCE, TJ, FERC, FERMOJU, ESMEC, AL, FPP, TCE, TCM, PGE, PGJ, FDID, DPGE e FADEP.

XII-10ª Inspeção de Controle Externo (10ª ICE) - proceder a instrução dos processos relacionados ao registro de atos de nomeação e de pensão, podendo realizar inspeções, pesquisas e diligências necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

1.3 Organograma do Tribunal de Contas do Estado do Ceará



1.4 Sessões Realizadas

O Plenário do Tribunal reúne-se ordinariamente uma vez por semana, e, quando necessário, extraordinariamente. A 1ª e a 2ª Câmaras são constituídas por 03 Conselheiros e reúnem-se uma vez por semana.

As Sessões do Plenário e das Câmaras realizam-se com a presença de representante do Ministério Público especial.

No 2º trimestre deste ano foram realizadas 12 Sessões pela 1ª Câmara, 11 Sessões pela 2ª Câmara e 14 Sessões pelo Pleno, totalizando 37 sessões, conforme se vê a seguir:

DATAS DAS SESSÕES REALIZADAS		
PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
01/04/2008	07/04/2008	02/04/2008
08/04/2008	14/04/2008	09/04/2008
15/04/2008	28/04/2008	16/04/2008
22/04/2008	05/05/2008	23/04/2008
29/04/2008	12/05/2008	07/05/2008
06/05/2008	19/05/2008	14/05/2008
13/05/2008	26/05/2008	21/05/2008
20/05/2008	02/06/2008	28/05/2008
27/05/2008	09/06/2008	11/06/2008
03/06/2008	16/06/2008	18/06/2008
04/06/2008	23/06/2008	25/06/2008
10/06/2008	30/06/2008	-
17/06/2008	-	-
24/06/2008	-	-

1.5 Deliberações Aprovadas ou Expedidas

Nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica deste Tribunal, as deliberações do Plenário e, no que couber, as das Câmaras formalizam-se por meio de Resoluções, Acórdãos, Pareceres, Atos e Instruções Normativas.

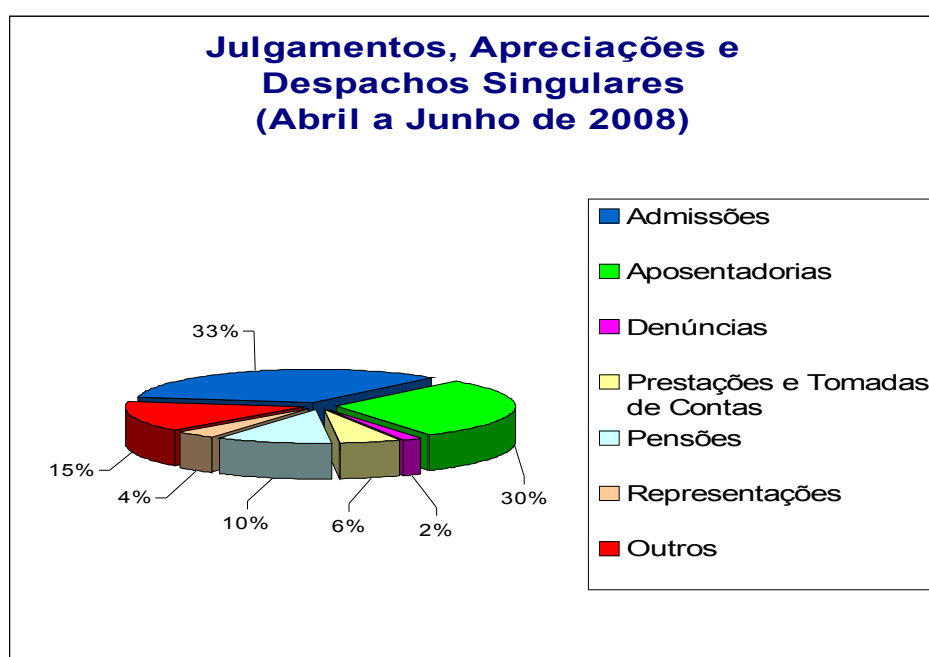
No 2º trimestre foram emitidos 14 Acórdãos e 609 Resoluções, totalizando um universo de 623 processos apreciados e julgados pelo Plenário e pelas Câmaras.

1.6 Julgamentos, Apreciações e Despachos Singulares

Nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, as decisões nos processos materializam-se por meio de Resoluções e Acórdãos, quando julgados pelo Pleno/Câmaras, ou ainda, mediante despachos singulares da lavra do Conselheiro Relator, quando se tratar de diligências saneadoras ou complementares necessárias à apreciação do mérito pelo Plenário.

Durante o 2º trimestre de 2008 foram lavrados 14 Acórdãos e 609 Resoluções, totalizando 623 processos apreciados e julgados pelo Plenário/Câmaras, bem como foram exarados 1539 despachos singulares pelos conselheiros, conforme discriminação a seguir:

Assunto	Acórdãos / Resoluções	Despachos	Total
Admissões de pessoal	345	390	735
Aposentadorias	158	484	642
Denúncias	-	34	34
Prestações e Tomadas de Contas	13	108	121
Pensões	59	166	225
Representações do TCE	20	58	78
Outros	28	299	327
TOTAL	623	1.539	2.162



**QUANTIDADE MENSAL DE PROCESSOS JULGADOS,
APRECIADOS E ENCAMINHADOS MEDIANTE DESPACHOS**

Mês	Pleno	Câmaras	Despachos	Total/Mês
Abril	18	219	528	765
Maio	27	145	404	576
junho	20	194	607	821
Total	65	558	1.539	2.162

O total dos processos julgados, apreciados e encaminhados mediante despachos, no 2º trimestre, importou em 2.162 processos. Referido valor foi bem superior ao apurado no Relatório do 1º Trimestre de 2008, decorrente da alteração na apuração dos dados, em virtude de modificações na Lei Orgânica, bem como na inclusão dos despachos singulares dos Auditores em substituição aos Conselheiros.

Convém ressaltar que o Relatório referente ao 1º Trimestre de 2008 informou 834 processos, quando o número real alcançou 1.973 processos.

1.7 Quotas de ICMS repassadas aos Municípios, homologadas no 2º trimestre

O Tribunal de Contas homologou, no 2º trimestre de 2008, as quotas de ICMS repassadas aos Municípios do Estado, referente aos meses de outubro/2007 e dezembro/2007, no valor total de R\$141.581.439,91, conforme detalhamento abaixo:

Mês	Valor
Outubro/07	67.995.301,82
Dezembro/07	73.586.138,09
TOTAL	141.581.439,91

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O TCE, no exercício do controle externo, como previsto na Constituição Estadual, executa as atividades a seguir descritas:

2.1 Julgamento das Contas dos Administradores

As decisões em julgamento de contas de administradores e responsáveis por bens e recursos públicos e as demais decisões referentes à fiscalização são atos de competência do Tribunal, formalizados por deliberação de seu órgão Colegiado e de seu Presidente.

A competência do Tribunal para julgar as contas dos administradores públicos está contida no inciso II, do Art. 76 da Constituição Estadual, atribuição disciplinada também pelas Leis 4.320/64, 9.809/73 (Código de Contabilidade do Estado) e 12.509/95 (Lei Orgânica do TCE).

2.2 Apreciação e emissão de parecer prévio sobre as Contas do Governador do Estado do Ceará

O Art. 42 da Lei nº 12.509/95 estabelece que ao Tribunal de Contas, na qualidade de órgão de controle externo, compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento, e encaminhado à Assembléia Legislativa para julgamento.

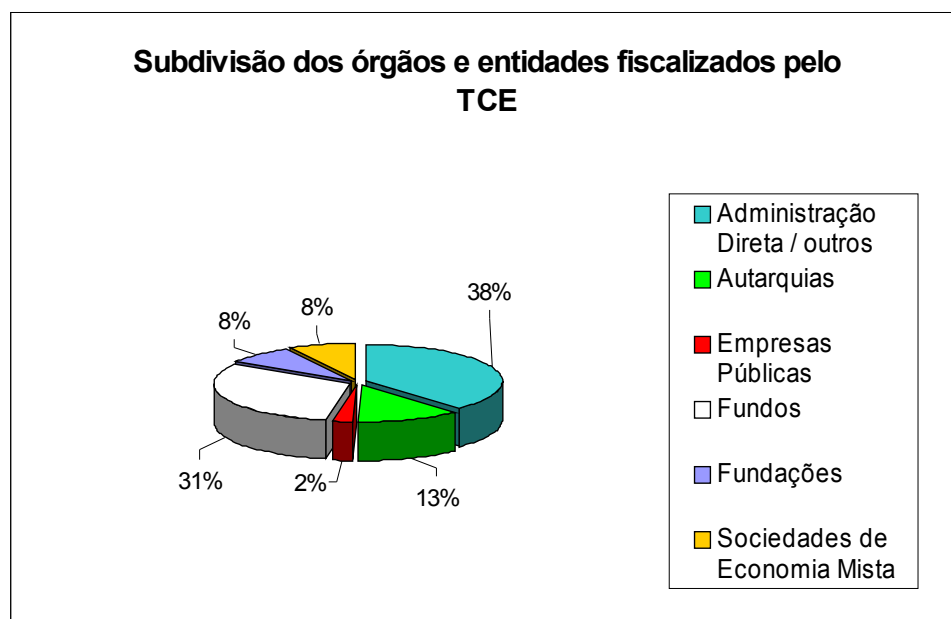
2.3 Órgãos e Entidades sob Jurisdição do Tribunal

No 2º trimestre de 2008 os órgãos, entidades e respectivos fundos vinculados submetidos à jurisdição do TCE totalizam 87 unidades. No quadro a seguir, o somatório dessas unidades, conforme a natureza:

ÓRGÃOS/ENTIDADES JURISDICIONADOS

NATUREZA	QUANTIDADE
Administração Direta / outros	33
Autarquias	11
Empresas Públicas	02
Fundos	27
Fundações	07
Sociedades de Economia Mista	07
TOTAL	87

Nota Técnica – No quantitativo acima não foram computados os órgãos/entidades extintos e privatizados, cujas prestações de contas ainda não foram julgadas, valendo lembrar que, na rubrica Administração Direta/outros estão incluídos a PGJ, o TCM, o TCE, o TJ e a AL.



Nota Técnica - O gráfico acima representa, em termos percentuais, a quantidade de órgãos, entidades e fundos vinculados sob a jurisdição do TCE.

2.4 Audiência, Citação e Notificação

No julgamento ou apreciação de processos em que se verifique irregularidade, o Tribunal, havendo débito, ordenará a citação do responsável para apresentar defesa ou recolher a importância devida, e, não havendo débito, determinará a audiência do responsável para apresentar razões de justificativa.

A decisão do TCE de que resulte imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo (CF, § 3º do Art. 71). Nesse caso, o responsável é notificado para recolher o valor devido, ou mediante autorização desta Corte, o débito será cobrado judicialmente, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, que deverá promover a cobrança no prazo de 120 dias, sob pena de responsabilidade.

2.5 Auditorias e Inspeções

No 2º trimestre de 2008 tramitaram 20 processos de representações (provocações), decorrentes de auditorias e inspeções realizadas de ofício por esta Corte de Contas. Destes, 09 foram relativos a licitações, contratos e convênios, fiscalizados pela 7ª Inspeção de Controle Externo.

2.6 Atos Sujeitos a Registro (art. 44, I e II, da Lei nº 12.509/95)

No 2º trimestre, o TCE apreciou, para fins de registro, a legalidade de atos de admissão de pessoal e de concessão e revisão de aposentadorias e pensões, bem como foram exarados despachos singulares pelos conselheiros, conforme indicado no quadro a seguir:

SITUAÇÃO	ADMISSÕES	APOSENTADORIAS	PENSÕES	REFORMAS	TOTAIS
Registradas	343	132	48	-	523
Em Diligência	01	05	02	-	08
Negado registro	-	05	-	-	05
Revisões e Outras situações	01	16	09	-	26
TOTAIS	345	158	59	0	562

Observe-se, mais uma vez, que, apesar das insistentes solicitações deste Tribunal, notadamente no que se refere ao Processo nº 04203/2004-5, ainda não estão sendo encaminhados a esta Corte de Contas os processos de reforma relativos aos militares estaduais que, nos termos do Art. 94, da Lei nº 10.072/76, atingiram a idade limite (ou outras condições) para permanência na reserva remunerada.

2.7 Fiscalização de Licitações, Contratos e Convênios

De acordo com o Art. 76, inciso VI, da Constituição Estadual, combinado com as disposições da Lei nº 8.666/93 (Estatuto das Licitações e Contratos), compete ao Tribunal de Contas fiscalizar os procedimentos licitatórios, as contratações e a aplicação de recursos repassados pelo Estado mediante convênios ou outros instrumentos congêneres.

2.8 Apreciação de Denúncias e Recursos

No 2º trimestre de 2008 não foram apreciados e julgados processos de denúncia.

Ressalte-se que, conforme dispõe o Art. 56 da Lei nº 12.509/95, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato constituem partes legítimas para o encaminhamento de denúncias de irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas do Estado, relativas a gestores públicos sob sua jurisdição.

Vale lembrar, também, que, nos termos do Art. 29 da supracitada Lei, contra as decisões deste Tribunal cabem os seguintes recursos:

- I - de reconsideração;
- II - de embargos de declaração; e
- III - de revisão.

3. ATIVIDADES GERAIS NO 2º TRIMESTRE

3.1 Eventos e relações institucionais

EVENTOS	ÓRGÃO/ENTIDADE PROMOTORA	PARTICIPANTES
Solenidade de posse do Ministro César Asfor, no cargo de Vice-Presidente do STJ, em Brasília – DF, no dia 07/04/2008	STJ	Conselheira Soraia Thomaz Dias Victor
Solenidade de posse do Procurador de Contas César Miola, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Alegre - RS, no dia 14/04/2008	TCE-RS	Auditor Itacir Todero
Reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas com as diretorias da ATRICON, ABRACON, IRB e GT-PROMOEX, na cidade de Brasília-DF, no dia 24/04/2008	ATRICON, ABRACON, IRB	Conselheiro José Valdomiro de Castro Júnior
Solenidade de posse do Presidente e do Vice-Presidente do STJ e visita ao Tribunal de Contas da União – TCU e Tribunal de Contas do Distrito Federal, na cidade de Brasília-DF, no período de 07 a 09/04/2008	STJ, TCU, TCE/DF	Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto
Visita à Fundação Carlos Chagas, para tratar de assunto relativo ao concurso público a ser realizado neste Tribunal, em São Paulo –SP, no período de 14 a 16/05/2008.	Fundação Carlos Chagas	Conselheiros José Valdomiro de Castro Júnior e Teodorico José de Menezes Neto
Comemoração dos 25 anos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e participação do Painel Amazônico, abordando os temas "Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável" e "Riquezas e Potencialidades de Rondônia e as Hidrelétricas do Madeira", em Porto Velho- RO, no período de 26 a 28/05/2008	TCE/RO	Conselheiro Teodorico José de Menezes Neto
Visita técnica ao Instituto Serzedello Corrêa e à Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEP/TCU, em Brasília – DF, no dia 14/07/2008	TCU/SEGETEP	As servidoras Hilária Barreto e Flávia Ferreira Costa Pires



Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos, em Aracajú, nos dias 02 a 05/04/08	Instituto Latino-Americano	A servidora Marcella Laura Leite Feitosa
Seminário de Planejamento de Projeto do Software Livre do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, nos dias 10 e 11/04/08	SEPLAG	O servidor Fernando Cândia
VIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, em Salvador, nos dias 07 a 09/05/08	IBDP	Os servidores Francisco das Chagas Evangelista, Elisabeth Couto Falcão e Raquel Almeida Brasil
Seminário “As Novas Tecnologias da Informação e o Marketing para Bibliotecas”, em Fortaleza, no dia 08/05/08	UFC	A servidora Regina Lúcia da Silva Braga
V Fórum IRB-PROMOEX: Inovação na Contabilidade Pública Nacional e em Demonstrativos da Gestão Fiscal, em Florianópolis, nos dias 14 a 16/05/08	PROMOEX	Os servidores Giovanna Adjafre, Alexandre Moura, Ricardo Dias e Cleonaldo Rodrigues
Seminário de Atualização do Sistema de Gestão da Qualidade para Auditores Internos, em Fortaleza, no dia 28/05/08	TCE	34 participantes do TCE
Seminário Regional de Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, em Fortaleza, nos dias 02 e 03/06/08	CRC	23 participantes do TCE
I Fórum Nacional em Gestão de Pessoas na Administração Pública, em Brasília, nos dias 03 a 05/06/08	ABRH	As servidoras Hilária Barreto, Viviane Mont’Alverne e Flávia Pires
III Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas, em Recife, nos dias 05 e 06/06/08	Escola de Contas Públicas TCE/PE	As servidoras Regina Lúcia da Silva, Marinete Lopes, Anízia Procópio e Verônica Lima Marcelo
Congresso Brasileiro de Compras Públicas, Comissões de Licitação e Pregoeiros, em Recife, nos dias 09 a 12/06/08	Negócios Públicos Eventos	A servidora Aline Saldanha
Workshop: Grandes Encontros em Contabilidade – Mudanças Contábeis na Lei Societária, em Fortaleza, no dia 20/06/08	CRC	09 participantes do TCE
VI Fórum IRB-PROMOEX: Portal e Rede dos Tribunais de Contas do Brasil, no Piauí, nos dias 24 e 25/06/08	PROMOEX	Os servidores Marcos Teixeira, Giovanna Adjafre e Teni Cordeiro Júnior
Seminário de Administração e Gestão de Compras e Suprimentos, em Fortaleza, no dia 25/06/08	EDUCP	A servidora Rejane Moreira Proença
Encontro Nacional sobre Auditorias em Contas Públicas, no Piauí, nos dias 26 e 27/06/08	PROMOEX	José Teni Cordeiro Júnior

3.2 Desenvolvimento e capacitação de servidores

EVENTOS	ÓRGÃO/ENTIDADE PROMOTORA	PARTICIPANTES
V Auditoria de Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade do TCE, com base na NBR ISO 9001:2000, nos dias 10 e 11/04/2008	BSI	Alta Direção, Servidores e Colaboradores das áreas do escopo da Certificação
Treinamento sobre Normas de Aquisição, em Salvador, nos dias 09 a 11/04/08	PROMOEX	As servidoras Giovanna Adjafre, Ana Cristina Uchoa e Flávia Ferreira
Curso sobre Técnicas de Administração de Almojarifado, em Fortaleza, nos dias 14 a 18/04/08	CDL	O servidor Fernando Antônio Crisóstomo
Curso de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Gerencial, em Fortaleza, nos dias 23 a 26/04/08	ESAFI	As servidoras Yasmara Florentino, Hilária Barreto e Elane Santiago
Curso sobre Licitações e Contratos de Informática, em Fortaleza, nos dias 15 e 16/05/08	PREMIUN	O servidor Marcos Teixeira
Curso de Formação de Brigada contra Incêndios, em Fortaleza, nos dias 26 a 30/05/08	Corpo de Bombeiros do Ceará	24 participantes do TCE
Curso de Informática Technology Infrastructure Library, em Fortaleza, nos dias 27/05 a 12/06/08	Evolução	Os servidores Fernando Cândia e Marcos Teixeira
Treinamento sobre Sistema de Controle de Pessoal – SCP(1ª turma), em Fortaleza, nos dias 02 a 05/06/08	TCE	As servidoras Hilária Barreto, Viviane Mont'Alverne e Flávia Ferreira
Treinamento sobre Sistema de Controle de Pessoal – SCP(2ª turma), em Fortaleza, nos dias 09 a 11/06/08	TCE	Os servidores Yasmara Florentino, Cristianne Feijão, Tereza Cândida Gonçalves, Miriã Oliveira e Francisco José Mathias
Curso de Análise e Avaliação das Demonstrações Contábeis Governamentais, no Rio de Janeiro, nos dias 09 a 13/06/08	IBAM	A servidora Margaret Sales
Curso de Obrigações Previdenciárias (GFIP, RAIS, DIRF, PIS/PASEP), em Fortaleza, nos dias 09 a 20/06/08	SEPLAG	A servidora Viviane Mont'Alverne Rodrigues
Curso sobre Improbidade Administrativa, em Fortaleza, nos dias 13 e 14/06/08	ACMP	O servidor Luiz Gonzaga Dias Neto
Curso sobre Pregão-Presencial e Eletrônico, SRP-Sistema de Registro de Preços e a Lei 123/06 – As Micro e Pequenas Empresas e as Licitações e os Contratos, em Fortaleza, nos dias 16 e 17/06/08	TREIDE	26 participantes do TCE

Curso “Noções de Direito Previdenciário e Legislação de Pessoal”, em Fortaleza, nos dias 18 a 20/06/08	TCE	19 participantes do TCE
Apresentação de Vídeo com Palestra de Direito Administrativo, em Fortaleza, nos dias 23 e 24/06/08	TCE	22 participantes do TCE
7ª Auditoria Interna do Sistema de Gestão da Qualidade do TCE, com base na NBR ISO 9001:2000, nos dias 25 a 30/06/2008	TCE	Alta Direção, Servidores e Colaboradores das áreas do escopo da Certificação
Curso “Atualização da Lei Orgânica e Regimento Interno do TCE”	TCE	43 participantes do TCE

3.3 Viagens para inspeções *in loco*

EVENTOS/OBJETIVOS	PARTICIPANTES	RESULTADOS
Viagem aos municípios de Horizonte, Quixeramobim e Senador Pompeu para averiguar a execução de 3 (três) obras nos citados Municípios, relativas ao processo de prestação de contas da Secretaria de Educação, no período de 14/04 a 19/04/08	O servidor José Oscar Feitosa Andrade	Instrução do Processo de Prestação de Contas da Secretaria de Educação
Viagem ao município de Pacajus-CE, para realizar inspeção, <i>in loco</i> , relativa ao Processo nº 05800/2006-9 – TCE, no período de 09/04 a 11/04/2008.	O servidor José Antônio Capelo	Esclarecer dúvidas suscitadas no Certificado nº 0010/08 da lavra da 3ª ICE desta Corte de Contas acerca da estrada construída no referido Município
Viagem ao Município de Sobral-CE, para examinar a Prestação de Contas Anual, exercício 2005, da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, constante do Processo nº 03378/2006-5 –TC, no período de 12 a 28/05/08	Os servidores Marcelo Gonçalves dos Santos e Breno Azevedo Fontenele	Instrução do Processo relacionado
Viagem a cidade de Brejo Santo-CE, para realizar inspeção, <i>in loco</i> , objetivando fiscalizar a construção do Parque Ecológico do Riacho das Taboadeiras e Serrote da Nascimento (Convênio nº 015/SDLR/2006), constante do processo nº 00888/2008-5-TCE, no período de 16 a 21/06/2008.	O servidor José Antônio Capelo Lage	Instrução do Processo relacionado
Viagem aos Municípios de Jaguaratama e Lavras da Mangabeira – CE, para realizar inspeção, <i>in loco</i> , objetivando fiscalizar e acompanhar a construção do Centro de Arte e Cultura no Município de Jaguaratama e a construção de melhorias da infra-estrutura de iluminação de ruas da sede do município de Lavras da Mangabeira, para atender solicitação do ofício nº 00395/2008 da Assembleia Legislativa deste Estado,	O servidor José Oscar Feitosa Andrade	Instrução do processo relacionado



constante no Processo nº 00640/2008-2-TCE, no período de 30/06 a 04/07/2008		
Inspeção em Escola de Ensino Médio, em Município de Região Metropolitana de Fortaleza, no dia 18/06/2008	Os servidores Michel Gradvohl, Dóris Magalhães, Jacinta Falcão, Auxília Cavalcante e Vânia Xavier	Conforme proposto no PPAE – Programa de Acompanhamento e Avaliação do Ensino Médio